

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2006

2.ª FASE

PROVA ESCRITA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO

É permitido o uso da Constituição da República Portuguesa **não anotada, 5.ª Revisão Constitucional** (Lei Constitucional n.º 1/2001, de 12 de Dezembro) ou **6.ª Revisão Constitucional** (Lei Constitucional n.º 1/2004, de 24 de Julho).

Esta prova é constituída por quatro grupos:

O grupo **I**, constituído por cinco itens, dos quais só deverá responder a quatro;

O grupo **II**, constituído por três itens de resposta obrigatória;

O grupo **III**, constituído por três itens de resposta obrigatória;

O grupo **IV**, constituído por dois temas em opção.

Nos grupos **I** e **IV**, dê atenção às instruções que antecedem os respectivos itens e temas.

Todas as respostas deverão ser perfeitamente legíveis. Quando se verificar um engano, este deve ser riscado e corrigido à frente. Não é permitido o uso de corrector.

I

Neste Grupo, após a leitura do texto, deverá responder **APENAS a 4** dos 5 itens apresentados. Se responder a todos os itens, só as quatro primeiras respostas serão classificadas.

Ao cidadão, ao Estado e à sociedade civil compete conjugar esforços para atingir e preservar a ordem social, que se traduz num equilíbrio entre as normas tipificadas legalmente e os usos e os costumes enraizados culturalmente, constituindo regras de conduta reguladoras do agir. É óbvio que, face ao desrespeito das regras de conduta e à desarticulação dos laços sociais, a conflitualidade alastra, pondo-se em questão valores fundamentais, como a segurança e a liberdade.

Manuel D. A. Dias, *Liberdade, Cidadania e Segurança*, Almedina, 2001 (adaptado)

1. A ordem jurídica faz parte da ordem social.
Refira a importância da ordem jurídica.
2. Os usos e costumes enraizados culturalmente constituem regras de conduta reguladoras do agir.
Indique os elementos constitutivos do costume.
3. O Estado procura controlar a conflitualidade social, nomeadamente através da publicação de leis.
Defina lei em sentido restrito.
4. O não cumprimento das normas jurídicas pode pôr em causa a realização do valor Segurança.
Refira os três sentidos ou manifestações do valor Segurança.
5. Aos tribunais, enquanto órgãos de soberania do Estado, compete assegurar o cumprimento da lei.
Diga em que consiste a função jurisdicional.

II

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória.

O Estado de Direito é uma das grandes conquistas da Europa, e a sua combinação com a democracia constitui o pilar do nosso sistema político. Temos de aumentar a nossa protecção face ao terrorismo, sem qualquer erosão dos nossos direitos fundamentais.

Nikiforos Diamandouros, Provedor de Justiça Europeu, *Visão*, 2004/10/28 (adaptado)

1. Em democracia, a participação dos cidadãos na vida política exerce-se através do sufrágio universal, directo e secreto.
Diga o que se entende por sufrágio universal, directo e secreto.
2. O terrorismo constitui uma das principais ameaças à erosão dos direitos fundamentais, num Estado de Direito democrático.
Explique duas das características do Estado de Direito democrático.
3. Ao Estado compete a criação de normas jurídicas que assegurem o combate ao terrorismo.
Explique as características da imperatividade e da coercibilidade das normas jurídicas.

III

Neste grupo, **todos** os itens são de resposta obrigatória.

Leia com atenção os seguintes artigos do Código Civil:

Art.º 562.º

Quem estiver obrigado a reparar um dano deve reconstituir a situação que existia, se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação.

Art.º 566.º

1. A indemnização é fixada em dinheiro, sempre que a reconstituição natural não seja possível, não repare integralmente os danos ou seja excessivamente onerosa para o devedor. [...]

Atendendo ao disposto nos artigos acima transcritos, considere a seguinte situação:

Maria, jovem arquitecta, recebeu, em testamento, um andar num prédio, situado num bairro antigo de Lisboa. Encontrando-se o andar em mau estado de conservação, Maria decidiu realizar as necessárias obras de restauro. Com este objectivo, demoliu uma parede interior, para criar um espaço mais amplo que lhe permitisse usá-lo como sala e escritório. Aconteceu que a demolição dessa parede causou estragos no andar superior, pertencente a António, abrindo brechas nas paredes, revestidas com azulejos antigos, existentes no *hall* de entrada do andar, de que decorreram prejuízos avaliados no valor de 4000 euros. António exigiu a Maria a reparação das paredes e a reposição de azulejos iguais ou, na sua impossibilidade, o pagamento de uma indemnização no valor de 4000 euros.

1. O testamento é um negócio jurídico.
Classifique este negócio, de acordo com três dos critérios estudados.
2. Os artigos do Código Civil atrás citados referem dois tipos de sanções civis.
Estabeleça a diferença entre reintegração *in natura* e reintegração por mero equivalente.
3. **Justifique**, com base nos artigos transcritos, se sobre Maria recai um dever jurídico ou uma sujeição.

IV

Este Grupo é constituído por dois temas de desenvolvimento.

Leia com atenção cada um dos temas propostos e responda **APENAS a UM deles**, à sua escolha. No caso de responder aos dois temas, só a primeira resposta será classificada.

TEMA A

O Presidente da República pode e deve exercer uma magistratura de influência no sentido que considere mais adequado aos interesses do país. O Presidente da República deve ao Governo, seja qual for a sua natureza, uma cooperação institucional. No entanto, ela é indissociável da plena assunção das responsabilidades inerentes ao mandato que recebeu dos eleitores, tendo em conta o interesse público e a defesa dos princípios constitucionais. A dissolução da Assembleia da República e a consequente queda do Governo só deve ocorrer quando o Parlamento se mostre incapaz de gerar soluções governativas estáveis.

Jorge Sampaio, *Público*, 2003/01/17 (adaptado)

Análise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- o Presidente da República como garante do funcionamento das instituições democráticas;
- a responsabilidade do Governo e da Assembleia da República perante o Presidente da República.

TEMA B

É verdade que, mesmo sem uma legislação específica, perante uma situação concreta que precise de ser resolvida em tribunal, o juiz terá de decidir, socorrendo-se de disposições gerais da lei, para depois as aplicar ao caso concreto. Mas também é certo que muitas das questões suscitadas pelas técnicas de procriação assistida, pela sua especificidade, não encontram resposta na lei geral e carecem de regulação específica.

Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida,
Notícias Magazine, 2004/11/28 (adaptado)

Análise o texto, relacionando-o com os seguintes aspectos:

- situações de existência de lacunas da lei;
- procedimento do juiz perante uma situação concreta merecedora de tutela jurídica, sem que exista legislação específica aplicável.

FIM

V.S.F.F.

129/5

COTAÇÕES

I

1.	15 pontos
2.	15 pontos
3.	15 pontos
4.	15 pontos
5.	15 pontos
(4 × 15 pontos)	<u>60 pontos</u>

II

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	<u>55 pontos</u>

III

1.	15 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
	<u>55 pontos</u>

IV

Tema A ou B	30 pontos
	<u>30 pontos</u>

TOTAL 200 pontos